ESCOLA SUPERIOR
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 66 /2026

Ao décimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte seis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Cláudia Silvestre, Filipa Subtil, João Barros, Jorge Trindade, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Paula Nobre, Paulo Barbosa, Pedro Gomes, Rita Carachinho, Rúben Neves.

Os conselheiros, funcionários docentes e não docentes, comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

A reunião foi secretariada por Tammye Morais, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Audiências com anterior Direção da ESCS; atual Direção da ESCS e Professores convidados da ESCS

1. Informações

A Presidente do Conselho de Representantes, Júlia Leitão de Barros, informou o Conselho sobre a reunião, no dia oito de setembro, com o Reitor da Universidade Politécnica de Lisboa (UPL). O encontro teve a presença dos presidentes dos três

órgãos da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) e da Presidente Sandra Miranda. Foi transmitido que o Reitor, António Belo, obteve, posteriormente, a suspensão da medida de redução da duração dos contratos dos Professores convidados. Contudo, o Reitor salientou a necessidade de um esforço contínuo, em especial no âmbito da ESCS, para a resolução da situação financeira. Júlia Leitão de Barros, reiterou junto dos conselheiros a importância de o Conselho de Representantes exigir da nova Direção uma gestão mais transparente, partilhada e cooperativa. Dito isso, ressaltou a probabilidade de incumprimento das propostas do programa apresentado pela nova Direção, e defendeu a necessidade CR dever requerer a reformulação do plano estratégico sujeitando-o a uma nova votação pelo Conselho.

O conselheiro Pedro Gomes sugeriu que a atual Presidente Sandra Miranda fosse questionada sobre se pretende alterar o seu plano estratégico.

O conselheiro João Barros sublinhou a necessidade de se garantirem salvaguardas para que a situação atual não se repita, questionando sobre quais as medidas concretas que serão adotadas, alertando para a necessidade do Conselho fazer o respetivo acompanhamento, face às ações que ainda não foram implementadas.

Rúben Neves interveio discordando sobre a necessidade de uma nova reestruturação do plano estratégico da Escola, destacando uma abordagem mais prática, focada em identificar as áreas que podem sofrer cortes e das fontes de financiamento alternativas, por exemplo. Apontou a existência de uma lacuna na compreensão da lógica financeira interna e defendeu a necessidade de maior clareza nos procedimentos, exemplificando com os critérios de aprovação de despesas com viagens internacionais. Propôs que, a partir deste momento, sejam estabelecidos mecanismos práticos de acompanhamento e fiscalização para evitar a repetição destas falhas.

A conselheira Cláudia Silvestre manifestou a sua concordância quanto à necessidade de ajustamento do plano estratégico, lembrando que este havia sido aprovado com um voto de confiança que, entretanto, cessou. Criticou a falta de consulta prévia aos Órgãos da Escola e defendeu o envolvimento de todos no processo. Propôs que, na reunião agendada, a nova Direção seja ouvida para que

se clarificassem as opções de investimento e de corte, bem como os constrangimentos existentes. Adicionalmente, solicitou total clarificação sobre os dados do último relatório de contas — nomeadamente quanto às rubricas de formação pedagógica e de viagens —, sublinhando que a falta de informação impede uma reação eficaz por parte do Conselho. Alertou também para o subfinanciamento da Escola, e defendeu que era preciso apurar as razões que justificam a perda de alunos, apesar do preenchimento total inicial das vagas. João Barros partilhou esta última preocupação, reforçando a importância de se compreenderem os motivos da desistência dos estudantes e o impacto da falta de verbas para, seguidamente, se definirem medidas de combate ao problema. Cláudia Silvestre informou que a Universidade Politécnica de Lisboa (UPL) já se encontra a realizar um levantamento sobre a situação, refletindo sobre a retenção dos estudantes.

O conselheiro Paulo Barbosa sugeriu uma abordagem dupla: por um lado, a identificação das causas do problema e, por outro, a criação de novos procedimentos de fiscalização dos planos de atividades. Sublinhou a urgência de resolver a situação dos docentes, questionando o impacto financeiro dessa medida e a responsabilização pelos factos ocorridos.

Júlia Leitão de Barros referiu que, no último Plano de Atividades, já estava referenciado um aumento de 10% nas despesas com salários. A conselheira Mafalda Andrade sublinhou que o aumento de 10% nas despesas foi da responsabilidade interna da Escola, agravando uma situação que já se revelava deficitária.

Rúben Neves questionou se a situação financeira estaria regularizada caso fossem excluídos os custos com licenças especiais obrigatórias, mas advertiu que uma análise excessivamente detalhada e minuciosa das contas poderia revelar-se complexa e de difícil execução, atendendo a que as despesas com pessoal representam cerca de 90% do orçamento, propondo, em contrapartida, um modelo de controlo simplificado. João Barros concordou com a proposta, assinalando a escassez de membros especializados em contabilidade e defendendo a simplificação dos mecanismos de fiscalização.

Em resposta, a Presidente referiu que o último Plano de Atividades, elaborado pelo anterior Presidente, André Sendin, já previa os valores agora apontados, no entanto ninguém assinalou que a situação era aflitiva. Rúben Neves lembrou que na tomada de posse da atual Direção, o Reitor António Belo felicitou publicamente a Presidente Sandra Miranda pela coragem em assumir a gestão da Escola, o que contradiz a tese de desconhecimento prévio por parte da Direção. O Professor João Barros concordou, Júlia Leitão de Barros discordou por não haver qualquer menção à questão financeira, sendo essa afirmação do Reitor genérica e convencional, e por si entendida como uma referência à constante indeterminação do futuro das instituições de ensino superior do nosso país.

A presidente assinalou que esta crise terá certamente impacto na forma de atuação do CR, reiterando a necessidade de maior exigência e análise da vertente financeira da ESCS. A posição foi apoiada pela conselheira Filipa Subtil, que defendeu a obrigatoriedade de um maior esclarecimento sobre quaisquer desvios ou valores discrepantes.

Júlia Leitão de Barros salientou a importância da audiência com ex-Presidente André Sendin, pois permitirá o levantamento do histórico financeiro. Rúben Neves propôs como questão fundamental quais as causas que conduziram à situação atual. Reforçou que a gestão de uma situação grave exige prudência para não agravar o ambiente da Escola e advertiu para a importância de salvaguardar as relações interpessoais, notando que a sitação vivida coincidiu com transição para o modelo de Universidade Politécnica. Paulo Barbosa reafirmou como prioridades a identificação de causas e as propostas para soluções futuras.

Júlia Leitão de Barros manifestou a intenção de questionar o ex-Presidente André Sendin sobre a evolução orçamental entre os planos de atividades de 2025 e 2026. Informou, ainda, ter solicitado o acesso às atas do Conselho Permanente da UPL para tentar esclarecer melhor o que sucedeu em julho.

Por volta das 10.30, a antiga Direção entrou na sala, o ex-Presidente André Sendin, e os ex-vices Sandra Miranda e Manuel Batista.

A Presidente Júlia Leitão de Barros informou que a gestão do tempo seria rigorosa. Contextualizou a gravidade da situação vivida na ESCS, classificando-a como a crise mais severa da história da Escola, marcada por forte contestação do

corpo docente, pela emissão de um pré-aviso de greve e por um cenário de profunda incerteza na véspera do início do ano letivo. Sublinhou que o CR pretende enquadrar a medida tomada pela atual direção, sentindo necessidade de apurar cronologicamente o que sucedeu entre a apresentação dos planos de atividades de 2025 e 2026 e a rutura do modelo de contratação de docentes, em final de julho deste ano.

O ex-Presidente André Sendin declarou que a situação de subfinanciamento crónico da ESCS não é recente, remontando ao período em que exerceu funções como Vice-Presidente da Direção da Escola e ao Eng. Vicente Ferreira, como Presidente do IPL. Apontou que o défice foi agravado pela aplicação de fórmulas de cálculo orçamental pouco explicadas, por parte do Instituto Politécnico de Lisboa, nos anos anteriores a 2025, e que prejudicaram a ESCS.

Detalhou que, entre 2024 e 2027, foram reportados sistematicamente saldos negativos à UPL, nos meses de julho do ano anterior, especificando em números as previsões de défice. Referiu que apenas existiu, em julho de 2025, uma reunião de Conselho Permanente, onde foi tratado o assunto referente ao orçamento de 2026, convocada pelo novo presidente do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), Professor António Belo. Nesse encontro, o presidente do IPL reconheceu que três Unidades Orgânicas estavam numa situação de subfinanciamento, entre elas a ESCS, apresentando um plano de recuperação de difícil concretização. O ex-Presidente sustentou a impossibilidade de a Escola gerar um montante de 400 mil euros de forma imediata, tendo havido posterior compensação financeira de valor semelhante em 2026. Defendeu que a sua gestão implementou cortes em áreas específicas, como tecnologia, mas salvaguardou a necessidade de abertura de concursos para pessoal não docente, que se encontravam abaixo dos rácios necessários, resultando na substituição de sete ou oito funcionários não docentes. Salientou que todas as contratações, aberturas de concursos, licenças sabáticas dependem da autorização do IPL, apontando a dificuldade de gerir a Escola sem a devida autonomia financeira. Criticou as restrições operacionais que durante vários meses, impediram a ESCS de efetuar despesa enquanto aguardava os reforços financeiros recebidos, tornando a gestão insustentável. Concluiu que nunca lhe foi comunicado pelo IPL que seriam necessários cortes adicionais na

remuneração dos docentes, considerando desproporcional a crise agora gerada em torno de uma verba de 200 mil euros.

Júlia Leitão de Barros interveio para recordar que o Reitor António Belo, declarou aos Sindicatos, que havia emitido avisos em dezembro de 2025, sobre a iminência de alterações financeiras estruturais. O ex-Presidente André Sendin contrapôs que não existiram ações internas que justificassem o aumento de despesas e que nunca houve orientações explícitas sobre cortes, lembrando que em gestões anteriores, conjuntamente com Jorge Veríssimo, Presidente da Direção na época, foram feitas renegociações contratuais com empresas fornecedoras que geraram poupança. Apontou a necessidade do IPL promover solidariedade financeira entre as diferentes Escolas, dando como exemplo o sobrefinanciamento do ISEL em 3 milhões de euros em 2025.

Júlia Leitão de Barros questionou a natureza do déficit de 400 mil euros, assinalando que, segundo a sua perceção, este montante era tradicionalmente coberto por reforços orçamentais da UP. O ex-Presidente confirmou a reposição sistemática destas verbas. A Presidente reiterou que o Conselho deveria focar-se na delimitação da dívida real imputada à Escola, isenta de distorções contabilísticas, assumindo que a falta de clareza passada exige agora uma postura de rigor e controlo máximo perante a nova Direção.

O ex-Presidente André Sendin clarificou a existência de três momentos na gestão financeira: a previsão orçamental em julho, onde se registava o desequilíbrio estrutural entre a componente de receitas do OE, receitas próprias (incluindo as propinas) e as despesas; a validação detalhada junto do IPL; e o recebimento de reforços extraordinários. Explicou que a incerteza sobre o momento em que eram recebidos os reforços e as compensações limitavam muito a gestão financeira da Escola, garantindo que todas as decisões de contenção tomadas pela sua Direção se encontram devidamente documentadas.

O conselheiro Paulo Barbosa questionou em que momento o IPL comunicou formalmente que a Escola não deveria contabilizar o recebimento de verbas extraordinárias, frisando que essa informação era crucial. O ex-Presidente afirmou que tal assunto nunca lhe foi comunicado. A atual Presidente Sandra

Miranda interveio para esclarecer que essa diretriz apenas lhe foi transmitida em julho de 2026.

O conselheiro Rúben Neves apontou a existência de um grave hiato de comunicação institucional no acompanhamento do orçamento do IPL ao longo do ano de 2025, questionou sobre quais as medidas necessárias para evitar a repetição e o que falhou no período de transição para a nova Direção. O ex-Presidente André Sendin confirmou o longo período sem ser discutida a situação financeira da ESCS e do IPL (desde fevereiro até julho de 2025, e, de então para cá).

João Barros solicitou uma clarificação direta sobre se a informação relativa ao corte havia ou não sido prestada pelo IPL em reunião do Conselho Permanente, ao que o ex-Presidente respondeu negativamente. referindo que não lhe foi pedido nenhum plano de reestruturação financeira, que certamente teria realizado se requerido.

Rúben Neves constatou o impasse gerado e lamentou a falta de solidariedade entre as unidades orgânicas. O conselheiro Pedro Gomes agradeceu a presença dos intervenientes e questionou se, de fato, havia atas do Conselho Permanente do IPL, tendo o ex-Presidente confirmado que dessas reuniões não são feitas atas.

A Presidente Júlia Leitão de Barros manifestou incompreensão face ao aumento de 10% previsto na massa salarial, questionando o porquê da surpresa por parte do IPL, em julho, se o indicador já constava formalmente nos documentos aprovados pelo CR. André Sendin explicou o aumento de 10% de despesas salariais englobam licenças especiais, salários de bolseiros da Cátedra e de projetos de investigação, como da UREKA e do LIACOM.

Rúben Neves constatou a inevitabilidade de uma reestruturação financeira, observando que, embora o presente ano civil se encontre salvaguardado, as perspetivas orçamentais para o ano seguinte tendem a agravar-se. Questionou, por isso, quais deverão ser os pressupostos de base que nortearão a discussão desta reestruturação. Em resposta, o ex-Presidente André Sendin sustentou que tal processo deve ser centralizado na gestão política da Universidade Politécnica de Lisboa (UPL), onde se originam as decisões estruturais. Defendeu que a UPL deve expandir a sua atuação institucional à semelhança dos Politécnicos do Porto

ou de Leiria, abordando a questão de forma integrada, e que a matéria deve ser formalmente remetida e discutida ao nível do Conselho Permanente.

Pedro Gomes questionou se existe alguma causa específica para a diminuição registada nas receitas próprias da Escola. O ex-Presidente André Sendin esclareceu que a redução se deve essencialmente à quebra na receita das propinas, decorrente da perda de alunos. Apontou, ainda, a falta de aproveitamento da infraestrutura da ESCS, por motivos de requalificação no âmbito do PRR, para a realização de eventos externos. Sublinhou que a prioridade absoluta daqui para a frente consiste em apurar com exatidão os montantes a receber para, posteriormente, reivindicar junto da UPL a correção do subfinanciamento crónico, advertindo que a resolução do problema será complexa, enquanto as regras de financiamento ministerial não forem alteradas.

Júlia Leitão de Barros declarou ser imperioso proceder-se a uma discriminação pormenorizada de todas as rubricas orçamentais, da ESCS.

O ex-Presidente André Sendin juntamente com o ex-Vice-Presidente Manuel Batista retiraram-se da sala. A Prof.ª Doutora Sandra Miranda, permaneceu na sala na posição de atual Presidente da Escola e entraram os atuais vices, Carla Murteira e o Henrique Silva para o próximo momento da reunião.

A Presidente do CR sublinhou que o tempo decorrido fora insuficiente para que o Conselho absorvesse a magnitude dos recentes acontecimentos, os quais surpreenderam a comunidade académica. Destacou o papel do Conselho de Representantes neste contexto, contrapondo a lógica de gestão empresarial à lógica académica, onde deve imperar o princípio do *primus interpares* (primeiro entre iguais). Frisou a delicadeza de qualquer mandato de uma Direção no ensino superior público, salientando que qualquer liderança na ESCS deve ter plena consciência de que representa a Escola, onde não existem consensos e cabem diferentes sensibilidades sobre o peso da vertente financeira, científica e pedagógica na definição do que deve ser o ensino, exigindo uma constante busca de compromissos. Concluiu que a presente crise clarificou as diferentes perspetivas existentes na Escola e a dificuldade em ponderar os três pilares. Recordou que o programa da atual Direção fora aprovado por unanimidade, tendo sido o Conselho confrontado de forma inesperada com as decisões tomadas

a vinte e oito de julho. Neste contexto, a presidente afirmou que gostaria de começar por compreender quais as medidas que a direção pretende adotar no futuro, para que não volte a acontecer uma situação destas, de seguida, deu a palavra aos conselheiros.

João Barros dirigiu-se à Presidente Sandra Miranda, solicitando esclarecimentos sobre o grau de conhecimento que detinha acerca da situação financeira da ESCS, quer no período em que exerceu funções como Vice-Presidente, quer na sua posterior condição de candidata à Direção, inquirindo, ainda, sobre os mecanismos previstos para evitar a repetição destes incidentes.

A Presidente Sandra Miranda agradeceu o convite e reconheceu a legitimidade das dúvidas suscitadas quanto ao plano de atividades. Esclareceu que, durante os oito anos em que integrou a equipa da Direção anterior, o modelo de funcionamento assentava numa lógica colaborativa e numa divisão clara de tarefas, tendo sob a sua responsabilidade as áreas da qualidade, dos assuntos académicos, do SID e o do GAI, as quais apresentavam resultados positivos. Referiu que, embora soubesse que a Escola enfrentava um subfinanciamento estrutural compensado anualmente por dotações extraordinárias, não dispunha de dados numéricos rigorosos, sabendo apenas que os reforços financeiros eram assegurados pelo então Instituto Politécnico de Lisboa (IPL). Acrescentou que, aquando da elaboração do seu plano de atividades e após ter sido questionada pela conselheira Júlia Leitão de Barros sobre a viabilidade financeira das propostas, realizou duas reuniões com o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), presididas pelo Reitor António Belo — uma das quais com a presença do ex-Presidente André Sendin —, e que em nenhum momento foi alertada para a existência de constrangimentos financeiros ou impedimentos à nova distribuição do corpo docente.

Rúben Neves interveio para assinalar que, apesar de ser conhecida a fragilidade financeira à data de elaboração dos planos de atividades, existia a expectativa institucional de receção das verbas extraordinárias habituais. Sublinhou que a oportunidade temporal e a ausência de fundamentação das referidas medidas foram prejudiciais. Defendeu que a eficácia da comunicação depende do pleno conhecimento da matéria, sugerindo que o Conselho e a Direção trabalhem

conjuntamente na identificação de soluções coordenadas e transparentes, promovendo a estabilização institucional e a sustentabilidade a longo prazo.

A Presidente Sandra Miranda confirmou ter sido surpreendida pela alteração desta dinâmica, observando a contradição entre as declarações do Reitor António Belo, que afirma ter avisado as Unidades Orgânicas, e as do ex-Presidente André Sendin, que nega tal aviso. Assumiu a responsabilidade institucional pela apresentação das medidas que afetaram os Professores convidados. Clarificou que as decisões implementadas não emanaram da ESCS, tendo a Direção funcionado como recetora e veículo de uma determinação do Reitor António Belo, motivada pela ausência de verbas para o pagamento de vencimentos aos docentes em setembro. Afirmou enfrentar o cenário como uma oportunidade para introduzir transformações necessárias com o envolvimento de todos os Órgãos, preconizando a necessidade de exercer pressão política junto do Conselho Geral do IPL e de integrar os departamentos, docentes e Professores convidados na formulação de propostas. Sustentou que a sustentabilidade financeira do plano de atividades original se mantinha, uma vez que este não contemplava os cortes posteriormente impostos, e elencou as prioridades revistas pela Direção:

- Sustentabilidade Institucional: Garantia da viabilidade da ESCS através de uma gestão partilhada com toda a comunidade;
- Diversificação de Fontes de Receita: Aumento das receitas próprias por via da otimização e cedência das infraestruturas e edifícios da Escola para eventos externos;
- Alargamento da Oferta Formativa: Desenvolvimento de cursos de curta duração e em regime de ensino à distância (*online*);
- Reavaliação Curricular: Reestruturação sustentável das licenciaturas, introdução de disciplinas opcionais da Escola e captação de novos públicos;
- Investigação Científica: Reforço da investigação como eixo de captação de financiamento para a instituição;
- Internacionalização: Aprofundamento das parcerias como o Ureka, estabelecimento de protocolos com representantes institucionais de outros países, designadamente Angola que manifestou recente interesse, e criação de escolas de verão, foram os exemplos apresentados.

- Estabilização do Corpo Docente: Ajustamento do modelo de recursos humanos, pela aplicação do despacho de 20 de abril, que determina o aumento das horas letivas ou de investigação para os Professores convidados, à semelhança dos modelos adotados nos Politécnicos do Porto e de Leiria.

Admitiu que a implementação de medidas como o aumento de propinas de alguns mestrados, exigirá um esforço coletivo e a audição prévia das partes, defendendo que o plano de atividades se mantém focado numa correção estrutural e não num modelo de mera expectativa de apoios.

Em resposta ao conselheiro Rúben Neves sobre a fórmula que presidiu à atribuição do reforço financeiro à ESCS, a Presidente Sandra Miranda informou que os Presidentes das restantes unidades orgânicas demonstraram solidariedade institucional, aplicando também medidas de contenção nas respetivas Escolas, incluindo o ISCAL. Detalhou que na reunião com o Presidente da UPL o Reitor António Belo, comunicou a impossibilidade de a ESCS suportar os custos sem o auxílio do UPL. Na ocasião, o Reitor informou que os fundos haviam sido alocados a investimentos em eficiência energética, tendo conseguido reaver, entre os dias 27 e 31 de agosto, um montante de cinco milhões de euros face ao cumprimento das metas orçamentais pelas Escolas.

A Presidente Sandra Miranda reportou que, na reunião da tarde do dia nove de setembro, apenas a ESCS e a Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC) intervieram, tendo exposto o pré-aviso de greve e salientado o facto de a ESCS ter vindo sempre a cumprir as diretrizes do UPL como, por exemplo, ter sido a primeira instituição a proceder à redução da carga horária para 18h semanais. Relatou que o Reitor António Belo reagiu com exaltação à leitura da missiva do Diretor da ESTC, reiterando ter emitido avisos prévios, facto formalmente contestado pelos Presidentes das unidades orgânicas presentes.

Rúben Neves considerou incomum a ausência de avisos formais.

Júlia Leitão de Barros defendeu que as divergências e as negociações com a UPL deveriam ser conduzidas com maior compromisso e participação, envolvendo o Conselho de Representantes e os outros órgãos de governo da ESCS, disponibilizando-se a apoiar a Direção, junto da Reitoria e do Conselho Geral.

Analisando as propostas apresentadas pela Direção, recomendou que se salvaguarde integralmente o estatuto da carreira docente, evitando o agravamento das condições de trabalho dos Professores. E precisou que, face às inevitáveis alterações introduzidas no programa originalmente aprovado, em junho, o Conselho deverá aprovar essa reestruturação com a apresentação de um novo plano de atividades. Defendeu o envolvimento ativo e o diálogo com toda a Escola para a obtenção de compromissos institucionais, face à natural existência de interesses divergentes. Esta proposta foi aceite pela presidente da ESCS

O conselheiro Paulo Barbosa sugeriu a criação e implementação de um modelo de contabilidade analítica que permita discriminar os custos reais por departamento, bem como os encargos específicos com licenças, mestrados e projetos como o LIACOM, facilitando a posterior avaliação institucional. A Presidente Sandra Miranda esclareceu que tal procedimento não foi implementado anteriormente por escassez de recursos técnicos centralizados no IPL, estando a gestão financeira da ESCS a cargo de uma única funcionária, Paula Besteiro. Informou, ainda, que a Direção se encontra a renegociar todos os contratos de prestação de serviços, assinalando a necessidade futura de investimento num *data center* com um custo estimado superior a 60 mil euros. João Barros concordou com a relevância da proposta sugerida pelo Paulo Barbosa, distinguindo a contabilidade financeira da contabilidade analítica, sendo esta última essencial para identificar os fluxos internos de receitas e despesas.

Pedro Gomes solicitou à Presidente da Direção que identificasse o que considera que falhou no decurso deste processo, com vista a garantir a não repetição dos incidentes. A Presidente Sandra Miranda apontou a falha no processo de comunicação como a principal lacuna. A Presidente Júlia Leitão de Barros reiterou a necessidade de obter garantias de que o plano estratégico de recuperação financeira não resultará na penalização ou precarização dos docentes convidados. Em resposta, a Presidente Sandra Miranda declarou que a Direção não apoiará medidas que aumentem a precariedade dos Professores, mantendo o compromisso do seu programa de envolver toda a comunidade académica. Referiu que caso a proposta de redução da duração dos contratos voltasse a ser imposta, deixaria o cargo de Presidente.

A conselheira Filipa Subtil advertiu que a eventual alteração de disciplinas opcionais da Escola poderá resultar na redução do número de Professores convidados, defendendo a necessidade de clarificar o carácter temporário destes vínculos e a relevância da obtenção do grau de doutoramento para a continuidade na carreira. A Presidente Sandra Miranda referiu que, face ao caráter excecional da crise atual, as medidas definitivas não devem ser adotadas de forma reativa, exigindo tempo para uma avaliação criteriosa de cada situação.

Inquirida pela Presidente Júlia Leitão de Barros sobre os procedimentos futuros, a Presidente Sandra Miranda afirmou que a estratégia passará pela negociação fundamentada com a UPL, com base no conhecimento rigoroso dos números, atuando em articulação com os departamentos, Órgãos e docentes. Assinalou que o poder de negociação da Direção é dinâmico, que já não é o mesmo que existia na fase inicial do mandato, e que o processo permitiu reconhecer a importância de envolver todas as partes nas decisões. Assumiu as responsabilidades institucionais decorrentes do cargo, com exceção do conhecimento prévio da crise, sublinhando que as decisões da Direção assumirão um carácter coletivo.

A Presidente Júlia Leitão de Barros agradeceu este posicionamento, reiterando a exigência de total transparência e de partilha regular de informação sobre o desenvolvimento das próximas etapas negociais.

A atual Presidente da Escola Sandra Miranda juntamente com os atuais vices, Carla Murteira e Henrique Silva retiraram-se da sala. O conselheiro Paulo Barbosa também se retirou.

Entraram na sala os Professores convidados Cláudia Lamy, Joana Pontes, Verónica Silva, Fábio Lima, Nuno Palma, Paula Lousão, Pedro Neto. Participaram Online: Ana Janeiro, Nélia Cruz, Filipa Lopes, Ana Meireles, Rita Carvalho, Rui Miguel, Ruben Ferreira.

A Presidente Júlia Leitão de Barros começou por agradecer aos Professores convidados a sua capacidade de mobilização, pois sem eles não teria sido possível travar uma medida tão penalizadora para a qualidade de ensino na ESCS. Procedeu, de seguida, à recapitulação cronológica dos factos que desencadearam o presente convite. Referiu o sentimento de estupefação geral face às informações recebidas, a 30 de julho, o que motivou a reunião com os Órgãos de gestão e os

coordenadores de departamento, no dia doze de agosto, para o apuramento dos factos. Sublinhou o impacto desta crise sobre o próprio Conselho, uma vez que o programa da Direção havia sido aprovado por unanimidade, em junho, sem que qualquer forte constrangimento financeiro tivesse sido antecipado.

A Presidente sintetizou o que de mais significativo ocorreu nas audições anteriores. Relativamente à audição do ex-Presidente André Sendin, salientou que este reiterou nunca ter recebido avisos formais sobre a insustentabilidade financeira da ESCS, justificando o aumento da despesa salarial em 10% com encargos que integram salários de docentes, licenças especiais, bolseiros e investigadores da Cátedra e LIACOM. O depoimento do ex-Presidente confirmou o carácter estrutural do subfinanciamento da ESCS.

No que diz respeito aos esclarecimentos da atual Direção, a Presidente realçou que as questões incidiram sobre o processo de tomada de decisão e as falhas de comunicação. Destacou que a Presidente Sandra Miranda referiu o imprevisto deste cenário financeiro, a sua surpresa face à postura do Reitor e o carácter impositivo da medida. Como aspeto mais significativo, Júlia Leitão de Barros apontou a disponibilidade manifestada pelo Conselho de Representantes para, conjuntamente com a Direção, exercer pressão e negociar junto do Conselho Geral da UPL. Assinalou o compromisso da Presidente Sandra Miranda em conduzir o processo de reestruturação de forma estritamente coletiva e participada, manifestando a intenção de submeter o plano final à votação deste Conselho.

Por solicitação dos intervenientes, a Presidente submeteu à votação plenária a proposta para que o registo destas intervenções fosse efetuado sob a designação coletiva de "porta-vozes do grupo de docentes convidados", omitindo-se os nomes individuais em ata. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Os porta-vozes do grupo de docentes convidados manifestaram um sentimento de alívio face à resolução temporária dos contratos para o presente ano letivo, mas recusaram eximir as estruturas de gestão de responsabilidades pelo histórico recente, classificando a última reunião com a nova Direção como confrangedora. Apontaram que os dados e gráficos apresentados pela Direção foram de difícil avaliação, os quais exigiam tempo para analisar. Notaram uma contradição no

discurso da Presidente Sandra Miranda ao afirmar desconhecer a gravidade da situação financeira da ESCS - por ter outro pelouro-, apesar de ser Vice-Presidente, e ter acesso privilegiado a toda a informação. Interrogando-a sobre este desconhecimento: como é possível que a atual presidente não fosse ver as contas e os planos de atividade para os estudar atentamente e saber que modelo realista podia propor para o futuro da escola? Citaram mesmo a presidente: "Nunca percebi qual era o orçamento!"; "Só soube da situação no dia 20 de Julho"; "Por mim, nunca tomaria uma decisão destas!" Referindo-se esta decisão à proposta de cortes enviada aos coordenadores. Mas, vincaram os porta vozes, na carta enviada aos coordenadores a presidente referiu: "Não se trata, por isso, de uma decisão tomada de ânimo leve, mas de uma medida de gestão responsável, indispensável para responder ao contexto financeiro que a Escola e o IPL atravessam e para garantir a sua sustentabilidade no curto prazo".

Os porta vozes lamentaram profundamente que a procura por uma solução justa e viável não tenha acontecido desde o início, por iniciativa da Direção, no sentido de salvaguardar os direitos dos seus docentes e o funcionamento da escola. Foram os coordenadores, os órgãos de governo da escola, os departamentos e o grupo de docentes que trabalharam para que esta solução pudesse ser possível.

Sobre o futuro, os porta vozes afirmaram que gostariam de saber como vai ser realizada a reflexão sobre as soluções a adotar, prometida pela direção. Consideram que a gestão de uma Escola exige visão, coragem e verdade, sem quebras de confiança e responsabilização de uma única categoria de Professores. Defenderam que a gestão de uma instituição de ensino superior exige competência técnica, transparência e equipas preparadas para lidar com imprevistos, considerando inadmissível a alegação de desconhecimento orçamental por parte de quem exerce cargos de chefia. Apontam que a Escola não pode planear atividades com base em verbas não garantidas pelo IPL e exigiram rigor na contenção de gastos supérfluos. Foi ainda comunicado que, face ao atual clima de instabilidade e precarização, elementos do corpo docente, incluindo profissionais com dezassete anos de serviço na instituição, decidiram cessar o seu vínculo e recusar a assinatura de novos contratos, o que representará uma perda na qualidade do ensino e na motivação das equipas.

O conselheiro Pedro Gomes agradeceu a presença dos Professores convidados e lamentou a saída de profissionais de referência da instituição, salientando a perda que isso significa para a Escola a vários níveis.

Do ponto de vista legal, os porta-vozes reconheceram a competência do UPL na definição dos moldes contratuais, mas contestaram veementemente a legitimidade ética dos procedimentos adotados, uma vez que as alterações ocorreram após a aprovação prévia pelo Conselho Técnico-Científico (CTC). Alertaram para o agravamento da precariedade de docentes integrados há mais de uma década na ESCS.

O conselheiro Rúben Neves interveio para clarificar que, no próximo ano letivo, as condições financeiras serão mais severas, não havendo capacidade orçamental para assegurar a manutenção de todos os Professores convidados nos moldes atuais, o que ditará a não renovação de determinados contratos. Acrescentou que a Escola não possui dívidas ativas a terceiros e considerou imperativa a reposição da ordem na gestão da casa.

Os porta-vozes observaram que a retenção de verbas pela UPL funciona como um mecanismo de pressão política sobre as unidades orgânicas. Propuseram a formalização de um protesto junto da UPL quanto ao modelo de comunicação dos cortes contratuais e sugeriram a criação de mecanismos de controlo da precariedade. Questionaram se o reforço extraordinário teria surgido sem a contestação pública dos Professores convidados e defenderam a realização de uma auditoria interna na ESCS. Informaram que, na reunião realizada com a Presidente Sandra Miranda, esta declarou que apresentaria a sua demissão caso a Reitoria exigisse a aplicação de cortes idênticos no próximo ano. Referiram ainda alguns casos em que os contratos aprovados têm tido outras alterações de categoria.

Júlia Leitão de Barros garantiu que iria averiguar essa alteração dos contratos e reiterou que o Conselho acolheria o pedido de acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da ESCS para que a situação não volte a repetir-se. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Pelas quinze horas, deu-se por encerrada a reunião.

Júlia Leitão B

A Presidente do Conselho de Representantes

Júlia Leitão de Barros